

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

1.	COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	49
2.	RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	51
3.	DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL	53
4.	DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL.	62
4.1.	EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPE- TIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	62
4.2.	EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS.	65
5.	DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO.	69
5.1.	EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS.	69
5.2.	RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	73
5.3.	RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	86
6.3.	REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO	87
5.4.	EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO.	93
5.5.	CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	96
6.	CONCORDÂNCIA DOS VERBOS DAR, BATER, SOAR.	101
5.6.	REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL	105
5.7.	EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRISE	110
5.8.	COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS	113
6.	REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO	116

6.1.	SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.	116
6.2.	SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO.	117
6.4.	REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.	117

INFORMÁTICA

1.	INFORMÁTICA PARA CONCURSOS PÚBLICOS	121
2.	CONHECIMENTOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA	121
3.	HARDWARE – PARTE FÍSICA DO COMPUTADOR	122
4.	SOFTWARE – A “ALMA” DA INFORMÁTICA	130
5.	SISTEMA OPERACIONAL	130
6.	ARQUIVOS E PASTAS – A ORGANIZAÇÃO LÓGICA DOS DISCOS	131
7.	MS-WINDOWS	134
8.	WINDOWS 10 – CARACTERÍSTICAS, NOVIDADES E MUDANÇAS.	134
8.1.	UMA PLATAFORMA UNIFICADA	134
8.2.	A VOLTA DO MENU INICIAR	134
8.4.	CENTRAL DE AÇÕES – (WIN +A)	136
8.5.	BUSCA	138
8.6.	AREAS DE TRABALHOS VIRTUAIS (MÚLTIPLOS DESKTOPS)	138
8.7.	ORGANIZAÇÃO DA TELA	139
8.8.	EXPLORADOR DE ARQUIVOS	140
8.9.	LIXEIRA DO WINDOWS	141
8.10.	ÁREA DE TRANSFERÊNCIA NO WINDOWS 10	141
9.	MS – WORD	143
10.	MS – EXCEL	149
11.	SOFTWARE LIVRE	157
12.	O QUE É A INTERNET E A INTRANET?	163
13.	MODELOS DE ARQUITETURA DE REDE	172
14.	CÓDIGOS MALICIOSOS (MALWARE) OU PRAGAS VIRTUAIS	180
	GLOSSÁRIO SOBRE REDES E CORRELATOS	181
15.	TEORIA DA INFORMAÇÃO	188
16.	QUESTÕES COMENTADAS	191
	REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	255

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PARÁ

1. REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARÁ	259
1.1. DO TRATADO DE TORDESILHAS À OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O SURGIMENTO DO CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ	259
1.2. CABANAGEM E O PERÍODO REGENCIAL	261
1.3. QUESTÃO ÉTNICA, SOCIAL, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DO PARÁ.	261
2. A QUESTÃO AGRÁRIA E MINERÁRIA E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARA.	264
2.1. ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA	264
2.2. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	266
2.3. QUESTÃO AGRÁRIA NO PARÁ	267
2.4. CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARÁ	269
2.5. QUESTÃO MINERÁRIA NO PARÁ	270
2.6. CONFLITOS TERRITORIAIS NO PARÁ EM RAZÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA	272
3. AS PARTICULARIDADES SOCIOECONÔMICAS DAS REGIÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, INSTITUÍDAS PELA RESOLUÇÃO NO 185, DE 19 FEVEREIRO DE 2012 – CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA-CONSEP	274
4. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARA.	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. PRINCÍPIOS BÁSICOS	287
1.1. PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO ...	287
1.2. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO	287
1.3. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	287
1.3.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	288
1.3.2. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	288
1.3.3. PRINCÍPIO DA MORALIDADE: HONESTIDADE, BOA-FÉ DE CONDUTA, ATUAÇÃO NÃO CORRUPTA	288
1.3.4. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	289
1.3.5. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	289
1.3.6. ARTIGO 50, LV, CF: PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	290

1.4.	PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS	290
1.5.	PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA	292
2.	PODERES ADMINISTRATIVOS	292
2.1.	DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO	293
2.2.	PODERES ADMINISTRATIVOS	294
2.2.1.	PODER NORMATIVO	294
2.2.2.	PODER HIERÁRQUICO	294
2.2.3.	PODER DISCIPLINAR	295
2.2.4.	PODER DE POLÍCIA	295
3.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	298
3.1.	INTRODUÇÃO	298
3.2.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	299
3.3.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	299
3.3.1.	AUTARQUIAS	300
3.3.2.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS	302
3.3.3.	EMPRESAS ESTATAIS	302
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	304
4.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL. PREVISÃO LEGAL	304
4.2.	AGENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	304
4.3.	ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE	305
4.4.	RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO DO ESTADO	306
4.4.1.	A RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO E TEORIA DO RISCO CRIADO (RISCO SUSCITADO)	306
4.5.	PRAZO PRESCRICIONAL	306
4.6.	AÇÃO DE REGRESSO CONTRA O AGENTE PÚBLICO	307
4.7.	RESPONSABILIDADE POR OBRA PÚBLICA	307
4.8.	RESPONSABILIDADE POR ATOS JURISDICIONAIS	308
5.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	308
5.1.	DESAPROPRIAÇÃO – INTERVENÇÃO SUPRESSIVA NA PROPRIEDADE	309
5.1.1.	PROCEDIMENTO DA DESAPROPRIAÇÃO:	311
5.1.2.	FASES DO PROCEDIMENTO	312
5.1.3.	DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	314
5.1.4.	DIREITO DE EXTENSÃO	315
5.1.5.	DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA	315

5.1.6.	TREDESTINAÇÃO	315
6.	LICITAÇÕES	316
6.1.	PRINCÍPIOS	316
6.2.	TIPOS DE LICITAÇÃO	316
6.3.	QUEM DEVE LICITAR	317
6.4.	INTERVALO MÍNIMO	317
6.5.	COMISSÃO	317
6.6.	MODALIDADES LICITATÓRIAS:	318
6.6.1.	CONCORRÊNCIA	318
6.6.2.	TOMADA DE PREÇO	319
6.6.3.	CONVITE	320
6.6.4.	CONCURSO	321
6.6.5.	LEILÃO	321
6.6.6.	PREGÃO	321
6.7.	LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS	322
6.8.	PROCEDIMENTOS	322
6.8.1.	CONCORRÊNCIA	322
6.8.2.	PROCEDIMENTO DO PREGÃO	324
6.9.	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO	325
7.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	326
7.1.	FORMALIZAÇÃO CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	326
7.2.	CLÁUSULAS EXORBITANTES	327
7.3.	SUBCONTRATAÇÃO NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	329
7.4.	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	329
7.5.	TEORIA DA IMPREVISÃO	329
7.6.	GARANTIA	330
7.7.	DURAÇÃO	331
7.8.	RESCISÃO CONTRATUAL	331
8.	BENS PÚBLICOS	332
8.1.	CONCEITO	332
8.2.	CLASSIFICAÇÃO	333
8.3.	GARANTIAS	334
8.4.	UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	335

9.	AGENTES PÚBLICOS	335
9.1.	CONCEITO	335
9.2	CONCURSO PÚBLICO	338
9.3.	ESTABILIDADE	340
9.4.	PROVIMENTO	341
9.5.	VACÂNCIA	344
9.6.	ACUMULAÇÃO DE CARGOS	346
9.7.	REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	347
9.8.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	349
9.8.1.	SINDICÂNCIA	350
9.8.2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PROPRIAMENTE DITO (PAD)	350
10.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	353
10.1.	NATUREZA JURÍDICA DAS SANÇÕES DE IMPROBIDADE	353
10.2.	DOS AGENTES	353
10.2.1.	SUJEITO ATIVO	353
10.2.2.	SUJEITO PASSIVO	353
10.3.	ESPÉCIES DE ATO DE IMPROBIDADE E SANÇÕES APLICÁVEIS	354
10.4.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE	355
10.5.	PRESCRIÇÃO	357
11.	ATOS ADMINISTRATIVOS	357
11.1.	CONCEITO	357
11.2.	ATOS VINCULADOS E ATOS DISCRICIONÁRIOS	358
11.3.	ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	358
11.3.1.	COMPETÊNCIA	358
11.3.2.	FINALIDADE	360
11.3.3.	FORMA	360
11.3.4.	MOTIVO	360
11.3.5.	OBJETO	361
11.4.	ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.	361
11.4.1.	PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE	361
11.4.2.	IMPERATIVIDADE	362
11.4.3.	EXIGIBILIDADE (COERCITIVIDADE/COERCIBILIDADE)	362
11.4.4.	AUTOEXECUTORIEDADE (EXECUTORIEDADE)	362

11.4.5.	TIPICIDADE	362
11.5.	FASES DE CONSTITUIÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO.	362
11.5.1.	A PERFEIÇÃO	363
11.5.2.	A VALIDADE DO ATO	363
11.5.3.	A EFICÁCIA	363
11.6.	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.	363
11.6.1.	QUANTO À FORMAÇÃO, OS ATOS ADMINISTRATIVOS PODEM SER SIMPLES, COMPLEXOS OU COMPOSTOS.	363
11.6.2.	QUANTO AO ÂMBITO DE ATUAÇÃO, OS ATOS PODEM SER GERAIS OU INDIVIDUAIS	364
11.6.3.	QUANTO AO OBJETO, OS ATOS ADMINISTRATIVOS PODEM SER ATOS DE IMPÉRIO OU ATOS DE GESTÃO	365
11.6.4.	QUANTO AOS EFEITOS, OS ATOS SE DIVIDEM EM NORMATIVOS, ORDINATÓRIOS, NEGOCIAIS, ENUNCIATIVOS E PUNITIVOS	365
11.7.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.	370
12.	SERVIÇOS PÚBLICOS	372
12.1.	CONCEITO	372
12.2.	PRINCÍPIOS	373
12.2.1.	CONTINUIDADE	374
12.2.2.	MODICIDADE	374
12.2.3.	ATUALIDADE	374
12.2.4.	CORTESIA	374
12.2.5.	ECONOMICIDADE	374
12.2.6.	GENERALIDADE	374
12.3.	FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	374
12.4.	DELEGAÇÃO CONTRATUAL DE SERVIÇOS	376
12.5.	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	376
12.5.1.	PODER CONCEDENTE	376
12.5.2.	CONCESSIONÁRIAS	376
12.6.	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	378
12.7.	CONSÓRCIOS PÚBLICOS	379
13.	PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/99)	382
13.1.	PRINCÍPIOS	382
13.1.1.	OFICIALIDADE (IMPULSO OFICIAL)	382
13.1.2.	CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	382

13.1.3.	INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS	382
13.1.4.	INFORMALISMO (FORMALISMO MODERADO)	383
13.1.5.	VERDADE REAL	383
13.1.6.	GRATUIDADE	383
13.2.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA	383
13.3.	DIREITOS E DEVERES DOS PARTICULARES	384
13.4.	INÍCIO DO PROCESSO	384
13.4.1.	DA COMPETÊNCIA E DAS SITUAÇÕES DE SUSPEIÇÃO E IMPEDI- MENTO	385
13.4.2.	FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	386
13.4.3.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	387
13.4.4.	DA INSTRUÇÃO E DA DECISÃO NOS PROCESSOS ADMINISTRA- TIVOS	387
13.5.	DA MOTIVAÇÃO	390
13.6.	DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	390
13.7.	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	391
13.8.	DA CONTAGEM DE PRAZOS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	393
14.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	393
14.1	CONCEITO	393
14.2	CONTROLE ADMINISTRATIVO	395
14.3.	CONTROLE LEGISLATIVO	396
14.4.	CONTROLE PARLAMENTAR DIRETO	397
14.5.	CONTROLE EXERCIDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	398
14.5.1.	ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	399
14.6.	CONTROLE JUDICIAL	401

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.	CONCEITO, OBJETIVO, OBJETO E NEOCONSTITUCIONALISMO.	405
2.	TEORIA DO PODER CONSTITUINTE	406
2.1.	HISTÓRICO	406
2.2.	NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	407
2.3.	CONCEITO DE PODER CONSTITUINTE	407
2.4.	TITULARIDADE X EXERCÍCIO	408
2.5.	PODERES CONSTITUÍDOS	408

2.6.	ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	409
2.6.1.	O PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	409
2.6.2.	O PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR	409
2.6.3.	O PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE	409
2.7.	CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	410
2.8.	CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO	411
3.	ELEMENTOS, CONCEPÇÕES, CLASSIFICAÇÃO E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	412
3.1.	ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	412
3.2.	CONCEPÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO	412
3.2.1.	SENTIDO SOCIOLÓGICO	412
3.2.2.	SENTIDO POLÍTICO	413
3.2.3.	SENTIDO JURÍDICO-NORMATIVO (POSITIVISTA)	414
3.3.	CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	414
3.3.1.	A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO	414
3.3.2.	QUANTO À FORMA	415
3.3.3.	QUANTO À ORIGEM	415
3.3.4.	QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO	415
3.3.5.	QUANTO À EXTENSÃO	416
3.3.6.	QUANTO AO CONTEÚDO	416
3.3.7.	QUANTO À ALTERABILIDADE	416
3.3.8.	QUANTO À FINALIDADE	417
3.3.9.	QUANTO À CORRESPONDÊNCIA COM A REALIDADE	417
3.3.10.	A CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	418
3.4.	A “MUDANÇA” NA CONSTITUIÇÃO	418
3.4.1.	MANIFESTAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFOR- MADOR	418
3.4.2.	EMENDAS CONSTITUCIONAIS E LIMITAÇÕES	418
3.4.3.	EMENDAS DE REVISÃO	427
3.4.4.	CORRENTES SOBRE A REVISÃO CONSTITUCIONAL E LIMITAÇÕES	427
3.4.5.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS EMENDAS CONSTITUCIO- NAIS E AS EMENDAS DE REVISÃO	428
3.5.	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL	429
3.5.1.	CONCEITO. DEFINIÇÕES	429
3.5.2.	MANIFESTAÇÕES	430

3.5.3.	EXEMPLOS DO FENÔMENO	431
4.	HERMENÊUTICA	431
4.1.	OS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	433
4.1.1.	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	433
4.1.2.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO	433
4.1.3.	PRINCÍPIO DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA (OU DA HARMONIZAÇÃO)	433
4.1.4.	PRINCÍPIO DO EFEITO INTEGRADOR (OU DA EFICÁCIA INTEGRADORA)	433
4.1.5.	PRINCÍPIO DA JUSTEZA (OU DA CONFORMIDADE FUNCIONAL) ...	433
4.1.6.	PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO	433
4.1.7.	PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE	434
5.	DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS. ANÁLISE DE ALGUNS INCISOS DO ART. 5º DA CRFB/88	434
5.1.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE	434
5.2.	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	435
5.3.	MANIFESTAÇÃO DE EXPRESSÃO RESPONSÁVEL	436
5.4.	LIBERDADE RELIGIOSA	436
5.5.	PROTEÇÃO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA	437
5.6.	DIREITO DE REUNIÃO	437
5.7.	DIREITO DE ASSOCIAÇÃO	438
6.	NACIONALIDADE	438
6.1	CONCEITO	438
6.2.	ESPÉCIES DE NACIONALIDADE	440
6.3.	CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA	440
6.4.	AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE ORIGINÁRIA	440
6.5.	AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE DERIVADA	442
6.6.	TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE BRASILEIROS	444
6.7.	PERDA DA NACIONALIDADE	446
8.	DIREITOS POLÍTICOS	447
8.1.	FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL	447
8.2.	O “SUFRÁGIO”	447
8.3.	AQUISIÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS: ALISTAMENTO ELEITORAL	448
8.4.	DIREITOS POLÍTICOS ATIVOS	449

8.5.	DIREITOS POLÍTICOS PASSIVOS	450
8.6.	OS DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	450
9.	PARTIDOS POLÍTICOS	453
9.1.	CONCEITO	453
9.2.	PRECEITOS FUNDAMENTAIS	453
9.3.	O FIM DAS COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS E A CLÁUSULA DE BARREIRA	454
10.	DIREITOS SOCIAIS	455
10.1.	CONCEITO E DESAFIOS	455
10.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA ...	456
11.	TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	456
11.1.	INTRODUÇÃO	456
11.2.	PRINCÍPIOS NORTEADORES	457
11.2.1.	PRINCÍPIO DA RIGIDEZ CONSTITUCIONAL	457
11.2.2.	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	457
11.2.3.	PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	457
11.3.	CONCEITO	458
11.4.	TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE	458
11.5.	MANIFESTAÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	461
11.5.1.	COM RELAÇÃO AO MOMENTO	461
11.5.2.	QUANTO AO ÓRGÃO	461
11.6.	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL	463
11.6.1.	COM RELAÇÃO AO ÓRGÃO COMPETENTE PARA O EXERCÍCIO	463
11.6.2.	COM RELAÇÃO AO MODO DE EXERCÍCIO	464
11.7.	A EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	464
11.7.1.	A CONSTITUIÇÃO DE 1824	464
11.7.2.	A CONSTITUIÇÃO DE 1891	465
11.7.3.	A CONSTITUIÇÃO DE 1934	465
11.7.4.	A CONSTITUIÇÃO DE 1937	466
11.7.5.	A CONSTITUIÇÃO DE 1946	466
11.7.6.	A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16/65	466
11.7.7.	A CONSTITUIÇÃO DE 1967	467
11.7.8.	A CONSTITUIÇÃO DE 1988	467

12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO	467
12.1. DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE .	467
12.2. O PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO (OU DO FULL BENCH)	468
12.2.1. RESERVA DE PLENÁRIO NOS TRIBUNAIS (ARTS. 948 A 950 DO CPC)	469
13. VISÃO GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE CONCENTRADO	470
13.1. INTRODUÇÃO	470
13.2. CARACTERÍSTICAS DO CONTROLE CONCENTRADO	470
13.3. ESPÉCIES DE AÇÕES DA VIA DIRETA	470
13.4. ATO NORMATIVO PASSÍVEL DE CONTROLE ABSTRATO DE CONS- TITUCIONALIDADE VIA ADI E ADC	471
13.5. LEGITIMAÇÃO ATIVA PARA A PROPOSITURA DAS AÇÕES	471
13.6. CAPACIDADE POSTULATÓRIA	474
13.7. O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	475
13.8. O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO	475
13.9. O AMICUS CURIAE	476
14. AS AÇÕES DO CONTROLE CONCENTRADO	477
14.1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE GENÉRICA (ADI)	477
14.1.1. COMPETÊNCIA	477
14.1.2. OBJETO	478
14.1.3. LEGITIMIDADE ATIVA	479
14.1.4. CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES	479
14.1.5. EFICÁCIA DA DECISÃO DEFINITIVA	479
14.1.6. MODULAÇÃO DE EFEITOS E SUSPENSÃO DE JULGAMENTO	480
14.1.7. DA AMBIVALÊNCIA DA ADI E DA ADC	481
14.1.8. MODALIDADES DE DECISÃO NA ADI E NA ADC	481
15. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)	483
15.1. INTRODUÇÃO	483
15.2. COMPETÊNCIA	484
15.3. OBJETO	484
15.4. LEGITIMAÇÃO ATIVA	484
15.5. CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES	485
15.6. OMISSÃO TOTAL E OMISSÃO PARCIAL	486
16. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	487

16.1. INTRODUÇÃO	487
16.2. COMPETÊNCIA	488
16.3. LEGITIMAÇÃO ATIVA	488
16.4. OBJETO	488
16.5. CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES	488
16.6. EFEITOS DA DECISÃO DEFINITIVA	488
17. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	489
17.1. INTRODUÇÃO	489
17.2. ADPF PREVENTIVA E REPRESSIVA	489
17.3. ARGUIÇÃO DIRETA (AUTÔNOMA) E ARGUIÇÃO INDIRETA (INCIDENTAL)	489
17.4. QUE É PRECEITO FUNDAMENTAL?	490
17.5. COMPETÊNCIA	490
17.6. CLÁUSULA DE SUBSIDIARIEDADE	490
17.7. OBJETO	491
17.8. LEGITIMIDADE ATIVA	491
17.9. CONCESSÃO DE MEDIDAS CAUTELARES	492
17.10. EFEITOS DA DECISÃO DEFINITIVA	492
18. COLETÂNEA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE ALGUNS TEMAS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	492
19. O PODER LEGISLATIVO	494
19.1. AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	494
19.1.1. HISTÓRICO E ORIGEM NO BRASIL	494
19.1.2. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS	495
19.1.3. CPI NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	495
19.1.4. "PODERES" DAS CPIS	496
19.1.5. VEDAÇÕES ÀS CPIS	496
19.1.6. CIÊNCIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO, A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO OU OUTROS ÓRGÃOS	497
19.1.7. QUÓRUM PARA DELIBERAÇÃO	497
19.2. ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS	497
19.2.1. AS IMUNIDADES MATERIAIS OU INVOLABILIDADES PARLAMENTARES	497
19.2.2. PRERROGATIVA DE FORO	498
20. PROCESSO LEGISLATIVO	499

20.1.	INTRODUÇÃO	500
20.2.	FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA E COMPLEMENTAR	500
20.3.	LEI DELEGADA	503
20.4.	RESOLUÇÃO E DECRETO LEGISLATIVO	503
20.5.	MEDIDA PROVISÓRIA	504
20.5.1.	NATUREZA JURÍDICA E BASE LEGAL	504
20.5.2.	OS ANTIGOS DECRETOS-LEIS. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS.	504
20.5.3.	AUTORIDADE COMPETENTE	504
20.5.4.	MEDIDAS PROVISÓRIAS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	504
20.5.5.	PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS	505
20.5.6.	LIMITAÇÕES MATERIAIS EXPLÍCITAS	505
20.5.7.	LIMITAÇÕES MATERIAIS IMPLÍCITAS	505
20.5.8.	MEDIDAS PROVISÓRIAS E MATÉRIA TRIBUTÁRIA	505
20.5.9.	CASA INICIADORA DO PROCESSO DE CONVERSÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA	506
20.5.10.	CASA INICIADORA DO PROCESSO DE CONVERSÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA	506
20.5.11.	TRANCAMENTO DE PAUTA	506
20.5.12.	CONVERSÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA EM LEI ORDINÁRIA, COM OU SEM ALTERAÇÕES	507
20.5.13.	REJEIÇÃO TÁCITA (OU POR DECURSO DE PRAZO) OU EXPRESSA .	507
20.5.14.	REEDIÇÃO	508
20.5.15.	MP E DECRETO LEGISLATIVO	508
20.5.16.	MEDIDA PROVISÓRIA E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .	508
21.	O PODER EXECUTIVO	509
21.1.	FORMA E SISTEMA DE GOVERNO	509
21.1.1.	FORMAS DE GOVERNO	509
21.1.2.	SISTEMAS DE GOVERNO	509
21.2.	ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. CHEFIA DE ESTADO E DE GOVERNO	510
21.2.1.	ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DO EXECUTIVO FEDERAL	510
21.3.	REQUISITOS PARA A PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	511
21.4.	AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	511

21.4.1.	AS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL	511
21.5.	A POSSE DO PRESIDENTE E DO VICE	511
21.6.	REELEIÇÃO, DESINCOMPATIBILIZAÇÃO E INELEGIBILIDADE REFLEXA	512
21.7.	IMPEDIMENTO E VACÂNCIA DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE	512
21.8.	PERDA DE CARGO	512
21.9.	PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .	513
21.9.1.	IMUNIDADES FORMAIS	513
21.9.2.	PRERROGATIVA DE FORO	513
21.9.3.	OS CRIMES DE RESPONSABILIDADE	513
21.9.4.	SUSPENSÃO DAS FUNÇÕES	514
21.9.5.	CLÁUSULA DE IRRESPONSABILIDADE PENAL RELATIVA	514
21.9.6.	PRERROGATIVAS DE GOVERNADORES E PREFEITOS	515
22.	A REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO. ALGUMAS ALTERAÇÕES.	515
22.1.	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004	515
23.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA FEDERAÇÃO	516
23.1.	DA UNIÃO	517
23.2.	DOS ESTADOS FEDERADOS	517
23.3.	DOS MUNICÍPIOS	518
23.4.	DO DISTRITO FEDERAL	519
23.5.	DOS TERRITÓRIOS	520
23.6.	INTERVENÇÃO	520
23.7.	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	521
24.	DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES	526
24.1.	PRINCÍPIOS INFORMADORES DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO	526
24.2.	REQUISITOS PARA O ESTADO DE DEFESA	526
24.3.	REQUISITOS PARA O ESTADO DE SÍTIO	527
25.	CONTROLE POLÍTICO E CONTROLE JURISDICIONAL	528
25.1.	A SEGURANÇA PÚBLICA	529
25.1.1.	DAS POLÍCIAS FEDERAIS	529
25.1.2.	DAS POLÍCIAS ESTADUAIS	530
25.1.3.	DAS POLÍCIAS PENAIS	530

DIREITO PENAL

1. DAS INFRAÇÕES PENAIS	533
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL.	534
2.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	534
2.2. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL	534
2.3. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	534
2.4. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	535
2.5. PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS OU DA HUMANIDADE	536
2.6. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA OU DE NÃO CULPABILIDADE ...	536
2.7. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA	537
2.8. PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE	537
2.9. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL DO AGENTE	537
2.10. PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL	537
2.11. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELA	538
2.12. PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE	539
3. A LEI PENAL NO TEMPO	540
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	540
3.2. TEMPO DO CRIME	541
4. A LEI PENAL NO ESPAÇO	541
4.1. LUGAR DO CRIME	541
4.2. LEI PENAL NO ESPAÇO	542
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	543
5.1. INTERPRETAÇÃO QUANTO AO MODO	543
5.2. INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO	544
5.3. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA	544
5.4. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA	544
5.5. ANALOGIA	544
5.6. PRINCÍPIOS PARA SOLUCIONAR O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	545
6. INFRAÇÃO PENAL: ELEMENTOS, ESPÉCIES	545
6.1. ESPÉCIES DE INFRAÇÃO PENAL	545
6.2. ELEMENTOS DA INFRAÇÃO PENAL	546
7. SUJEITO ATIVO E SUJEITO PASSIVO DA INFRAÇÃO PENAL.	546
7.1. SUJEITO ATIVO	546

7.2.	SUJEITO PASSIVO	546
8.	TEORIA DO CRIME	547
8.1.	CONCEITO	547
8.2.	REQUISITOS DO CRIME	547
8.3.	CONDUTA	547
8.3.1.	TEORIAS SOBRE A CONDUTA	547
8.3.2.	CASOS DE AUSÊNCIA DE AÇÃO	548
8.3.3.	FORMAS DE CONDUTA	549
8.4.	NEXO DE CAUSALIDADE	550
8.5.	RESULTADO	552
8.6.	TIPICIDADE	552
9.	TEORIA GERAL DO CRIME: ITER CRIMINIS	553
9.1.	CONCEITO	553
9.2.	FASES DO CRIME	553
9.3.	ATOS DE COGITAÇÃO	553
9.4.	ATOS PREPARATÓRIOS	553
9.5.	ATOS DE EXECUÇÃO	553
9.6.	CONSUMAÇÃO	553
9.7.	TENTATIVA	554
9.8.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ARREPENDIMENTO EFICAZ E ARREPEN- DIMENTO POSTERIOR	555
9.9.	CRIME IMPOSSÍVEL	556
9.10.	FOCOMASTER: SÚMULAS	556
10.	ILICITUDE	556
10.1.	CONCEITO	556
10.2.	CAUSAS EXCLUDENTES DA ILICITUDE	557
10.3.	ESTADO DE NECESSIDADE	557
10.4.	LEGÍTIMA DEFESA	558
10.5.	ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL	560
10.6.	EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO	561
10.7.	CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	562
11.	CULPABILIDADE	562
11.1.	CONCEITO	562
11.2.	TEORIAS SOBRE A CULPABILIDADE	562

11.2.1.	TEORIA ADOTADA PELO CP	563
11.3.	ELEMENTOS	563
11.4.	IMPUTABILIDADE	563
11.4.1.	CAUSAS DE INIMPUTABILIDADE:	563
11.5.	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	564
11.6.	EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	564
11.6.1.	COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	564
11.7.	COCULPABILIDADE	565
11.7.1.	COCULPABILIDADE ÀS AVESSAS	565
12.	PUNIBILIDADE	565
13.	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	568
13.1.	ERRO DE TIPO	568
13.2.	ESPÉCIES DE ERRO DE TIPO	568
13.3.	ERRO SOBRE O OBJETO	569
13.4.	ERRO SOBRE A PESSOA	569
13.5.	ERRO SOBRE O NEXO CAUSAL (ABERRATIO CAUSAE)	569
13.6.	ERRO NA EXECUÇÃO (ABERRATIO ICTUS)	569
13.7.	ERRO DE PROIBIÇÃO	570
14.	IMPUTABILIDADE PENAL	570
14.1.	CONCEITO	570
14.2.	PREVISÃO LEGAL	571
14.3.	REQUISITOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL	571
14.4.	CAUSAS QUE EXCLUEM A IMPUTABILIDADE	571
14.5.	CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA INIMPUTABILIDADE	572
14.6.	REQUISITOS DA INIMPUTABILIDADE SEGUNDO O SISTEMA BIOPSI- CÓLOGICO	572
14.7.	EMBRIAGUEZ	572
14.8.	EMOÇÃO E PAIXÃO	575
15.	CONCURSO DE PESSOAS	576
15.1.	CONCEITO	576
15.2.	TEORIA ADOTADA NO CP	576
15.3.	ESPÉCIES DE AUTORIA	576
15.4.	ESPÉCIES DE PARTICIPAÇÃO	576
15.5.	TEORIA DO DOMÍNIO DO FATO	576

15.6.	COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA	577
15.7.	CIRCUNSTÂNCIAS INCOMUNICÁVEIS	577
15.8.	PARTICIPAÇÃO IMPUNÍVEL	578
16.	CONCURSO DE CRIMES	578
16.1.	CONCEITO	578
16.2.	SISTEMAS DE APLICAÇÃO DA PENA ADOTADOS PELO CP:	578
16.3.	SÍNTESE	578
16.4.	CONCURSO MATERIAL	579
16.5.	CONCURSO FORMAL	579
16.5.1.	REQUISITOS DO CONCURSO FORMAL (OU IDEAL) DE CRIMES:	579
16.5.2.	ESPÉCIES	579
16.5.3.	CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA PENA	579
16.5.4.	CÚMULO MATERIAL BENÉFICO	580
16.6.	CRIME CONTINUADO	580
16.6.1.	TEORIA ADOTADA	580
16.6.2.	ESPÉCIES	581
17.	DAS PENAS	582
17.1.	ESPÉCIES	582
17.2.	PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	582
17.3.	TEMPO DE PENA E REGIME	583
17.4.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	583
17.5.	REQUISITOS PARA A SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREI- TOS	583
17.6.	TEMPO MÁXIMO DE CUMPRIMENTO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBER- DADE	584
17.7.	PENA DE MULTA	584
17.8.	MEDIDAS DE SEGURANÇA	585
17.9.	APLICAÇÃO DA PENA	586
18.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	591
18.1.	CONCEITO	591
18.2.	REQUISITOS OBJETIVOS	592
18.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS	592
19.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	593
19.1.	REQUISITOS OBJETIVOS	593

19.2.	REQUISITO SUBJETIVO	593
19.3.	ESPÉCIES DE SURSIS	593
19.4.	REVOGAÇÃO OBRIGATÓRIA	594
19.5.	REVOGAÇÃO FACULTATIVA	594
20.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	595
20.1.	EFEITOS AUTOMÁTICOS	595
20.2.	EFEITOS NÃO AUTOMÁTICOS	595
20.3.	CONDENAÇÕES SUPERIORES A 6 ANOS DE RECLUSÃO	595
20.4.	REABILITAÇÃO (ART. 94 CP)	596
21.	PRESCRIÇÃO	597
21.1.	CONCEITO	597
21.2.	TIPOS	597
21.3.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	597
21.4.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	599
21.5.	CAUSAS IMPEDITIVAS DA PRESCRIÇÃO	599
21.6.	CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	599
21.7.	PRESCRIÇÃO VIRTUAL	599
22.	HOMICÍDIO	601
22.1.	HOMICÍDIO SIMPLES	601
22.2.	HOMICÍDIO PRIVILEGIADO	601
22.3.	HOMICÍDIO QUALIFICADO	601
22.4.	HOMICÍDIO FUNCIONAL	602
22.5.	FEMINICÍDIO	602
22.6.	HOMICÍDIO CULPOSO	604
22.7.	PERDÃO JUDICIAL	604
22.8.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	605
23.	INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU AUTOMUTILAÇÃO	605
23.1.	AUTOMUTILAÇÃO	605
23.2.	ALTERAÇÃO DO PRECEITO SECUNDÁRIO (PRECEITO SECUNDÁRIO É A PENA):	606
23.3.	FORMA QUALIFICADA	606
23.4.	FORMAS MAJORADAS	606
23.5.	CONFIGURAÇÃO DE OUTROS TIPOS PENAIIS	607
24.	INFANTICÍDIO	607

24.1.	CONCEITO	607
24.2.	SUJEITO ATIVO	607
24.3.	CLASSIFICAÇÃO	608
24.4.	QUESTÃO RELEVANTE	608
25.	ABORTO	608
25.1.	CONCEITO	608
25.2	ABORTO ATÍPICO (NÃO SÃO PUNÍVEIS E NÃO ESTÃO PREVISTOS NA LEI)	608
25.3.	ABORTO TÍPICO E JURÍDICO (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E NÃO SÃO PUNÍVEIS)	609
25.4.	ABORTO TÍPICO, ANTIJURÍDICO E CULPÁVEL (ESTÃO PREVISTOS EM LEI E SÃO PUNÍVEIS)	609
25.5.	CONDUTAS CRIMINOSAS	610
26.	LESÃO CORPORAL	610
26.1.	CONCEITO/BEM JURÍDICO	610
26.2.	CLASSIFICAÇÃO	611
26.3.	DIFERENÇAS ENTRE LESÃO CORPORAL GRAVE E GRAVÍSSIMA	611
26.4.	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	612
27.	PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO	613
27.1.	PRECEITO LEGAL	613
27.2.	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRIME	613
27.3.	SUJEITOS	614
28.	PERIGO DE CONTAGIO DE MOLÉSTIA GRAVE	614
28.1.	PRECEITO LEGAL	614
29.	PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM	614
29.1.	PRECEITO LEGAL	614
29.2.	SUJEITOS DO CRIME	614
30.	ABANDONO DE INCAPAZ	614
30.1	PRECEITO LEGAL	614
30.2.	AUMENTO DE PENA	615
30.3.	CONSUMAÇÃO	615
30.4.	QUALIFICADORAS	615
31.	EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO	615
31.1.	PRECEITO LEGAL	615
31.2.	SUJEITOS	615

30.3.	TIPO SUBJETIVO	615
30.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	615
31.5.	FORMA PRETERDOLOSA	616
32.	OMISSÃO DE SOCORRO	616
32.1.	PRECEITO LEGAL	616
32.2.	TIPO OBJETIVO	616
32.3.	TIPO SUBJETIVO	616
32.4.	CONSUMAÇÃO/TENTATIVA	616
32.5.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA	616
32.6.	PENA/AÇÃO PENAL	617
33.	CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EMERGENCIAL	617
33.1.	PRECEITO LEGAL	617
33.2.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA	617
33.3.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	617
34.	MAUS TRATOS	618
34.1.	PRECEITO LEGAL	618
34.2.	FORMA QUALIFICADA	618
34.3.	AUMENTO DE PENA	618
34.4.	MAUS-TRATOS X TORTURA	618
35.	RIXA	619
35.1.	PRECEITO LEGAL	619
35.2.	CONCURSO DE PESSOAS	619
35.3.	ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	619
35.4.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	619
35.5.	RIXA QUALIFICADA	619
36.	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	619
36.1.	A QUESTÃO DA INJÚRIA PRECONCEITUOSA	620
36.2.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	621
36.3.	CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	621
36.4.	TIPOS DE AÇÃO PENAL	622
37.	CONSTRANGIMENTO ILEGAL	622
37.1.	CONCEITO	622
37.2.	CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO DA PENA	623

37.3. EXCLUSÃO DO CRIME	623
38. CRIME DE AMEAÇA	623
38.1. PRECEITO LEGAL	623
38.2. CLASSIFICAÇÃO	623
39. SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO	624
39.1. PRECEITO LEGAL	624
39.2. BEM JURÍDICO TUTELADO	624
39.3. SUJEITOS DO CRIME	624
39.4. TIPO SUBJETIVO	624
39.5. FORMA QUALIFICADA	624
39.6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	625
40. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO	625
40.1. PRECEITO LEGAL	625
40.2. CONSIDERAÇÕES	625
40.3. FORMAS EQUIPARADAS	626
40.4. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	626
41. TRÁFICO DE PESSOAS	626
41.1. PRECEITO LEGAL	626
41.2. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (DE 1/3 ATÉ A 1/2)	626
42. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO	627
42.1. PRECEITO LEGAL	627
42.2. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO	627
42.3. FIGURA QUALIFICADA	628
42.4. CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DA PENA	628
42.5. TENTATIVA	628
42.6. CAUSAS DE EXCLUSÃO DE ILICITUDE	628
42.7. CONCEITO DE CASA (NORMA PENAL EXPLICATIVA)	628
42.8. AÇÃO PENAL	628
43. FURTO	628
43.1. PRECEITO LEGAL	628
43.2. OBJETIVIDADE JURÍDICA	629
43.3. SUJEITOS	629
43.4. CONSUMAÇÃO	629

43.5. FURTO DE USO	629
43.6. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA	629
43.7. FURTO MAJORADO PELO REPOUSO NOTURN	630
43.8. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA (FURTO “PRIVILEGIADO” OU MÍNIMO)	630
43.9. FURTO QUALIFICADO	630
43.10. PHISHING	631
44. DO ROUBO	631
44.1 PREVISÃO LEGAL	631
44.2. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA	631
44.3. ROUBO PRÓPRIO (CAPUT)	632
44.4. ROUBO IMPRÓPRIO (OU ROUBO POR APROXIMAÇÃO)	632
44.5. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (ROUBO MAJORADO)	632
44.6. ROUBO QUALIFICADO	633
44.7. ROUBO COMO CRIME HEDIONDO	633
45. EXTORSÃO	633
45.1 PREVISÃO LEGAL	633
45.2. OBJETIVIDADE JURÍDICA	634
45.3. SUJEITOS	634
45.4. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	634
45.5. CONCURSO DE CRIMES	634
45.6. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA (EXTORSÃO MAJORADA)	634
45.7. EXTORSÃO QUALIFICADA	634
46. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	635
46.1. CONCEITO LEGAL	635
46.2. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	635
47. DO DANO	635
47.1. PREVISÃO LEGAL	635
47.2. DANO QUALIFICADO	635
47.3. ELEMENTO SUBJETIVO	636
48. APROPRIAÇÃO INDÉBITA	636
48.1. PREVISÃO LEGAL	636
48.2. CAUSA DE AUMENTO DE PENA:	636
48.3. CONSUMAÇÃO	636

48.4.	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PRIVILEGIADA	636
49.	ESTELIONATO	637
49.1.	PREVISÃO LEGAL	637
49.2.	ESTELIONATO JUDICIÁRIO	637
49.3.	ESTELIONATO PRIVILEGIADO	637
49.4.	FRAUDE NO PAGAMENTO POR MEIO DE CHEQUE	637
49.5.	UTILIZAÇÃO DE PAPEL MOEDA GROSSEIRAMENTE FALSIFICADO	638
49.6.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA NATUREZA DA VÍTIMA	638
49.7.	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DA IDADE DA VÍTIMA	638
49.8.	AÇÃO PENAL	638
50.	RECEPTAÇÃO	639
50.1.	PREVISÃO LEGAL	639
50.2.	AUTONOMIA DA RECEPTAÇÃO	639
50.3.	RECEPTAÇÃO DOLOSA (QUALIFICADA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL OU INDUSTRIAL)	639
50.4.	RECEPTAÇÃO DOLOSA PRIVILEGIADA	639
50.5.	QUALIFICADORA (EM RAZÃO DA VÍTIMA ATINGIDA):	639
50.6.	RECEPTAÇÃO CULPOSA	640
50.7.	PERDÃO JUDICIAL	640
50.8.	RECEPTAÇÃO DE ANIMAL	640
51.	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	640
51.1.	IMUNIDADE PENAL ABSOLUTA	640
51.2.	IMUNIDADE PENAL RELATIVA	640
51.3.	INAPLICABILIDADE DAS IMUNIDADES	641
52.	VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL	641
52.1.	PRECEITO LEGAL	641
52.2.	FIGURA QUALIFICADA	641
52.3.	NORMA DE EXTENSÃO	641
53.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	642
53.1.	AÇÃO PENAL	643
53.2.	AUMENTO DE PENA	643
53.3.	FOCOMASTER: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	644
54.	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	645
55.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	645

55.1.	FOCOMASTER: JURISPRUDÊNCIA	646
55.2.	O CRIME DE MOEDA FALSA	646
56.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	647
56.1.	PECULATO (ESPÉCIES E DISTINÇÕES)	647
56.2.	CONCUSSÃO – CORRUPÇÃO PASSIVA E ATIVA	648
56.3.	DEMAIS CRIMES	648
57.	CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	649

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.	PROCESSO PENAL BRASILEIRO. PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL	653
2.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	653
3.	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.	658
3.1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	659
4.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	661
5.	FASE PRÉ-PROCESSUAL: INQUÉRITO POLICIAL.	664
6.	PROCESSO, PROCEDIMENTO E RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	680
6.1.	ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA RELAÇÃO PROCESSUAL	681
6.2.	FORMAS DO PROCEDIMENTO	681
6.3.	PRINCÍPIOS GERAIS E INFORMADORES DO PROCESSO.	681
6.4.	PRETENSÃO PUNITIVA	682
6.5.	TIPOS DE PROCESSO PENAL	682
7.	AÇÃO PENAL.	683
8.	AÇÃO CIVIL EX DELICTO	685
9.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	686
10.	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	692
11.	PROVA.	696
12.	SUJEITOS DO PROCESSO.	705
13.	PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	706
13.1.	ALTERAÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 12.403/2011	714
14.	CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	714
15.	ATOS PROCESSUAIS E ATOS JUDICIAIS	715
16.	SENTENÇA: COISA JULGADA, HABEAS CORPUS, MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	715
17.	PROCEDIMENTOS	718

17.1. PROCESSO COMUM	719
17.2. PROCESSOS ESPECIAIS	721
17.3. LEI Nº 8.038/1990 – NORMAS PROCEDIMENTAIS PARA OS PROCESSOS PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)	724
18. LEI Nº 9.099/1995 E LEI Nº 10.259/2001 E SUAS ALTERAÇÕES (JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS)	725
18.1. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA	728
19. PRAZOS	728
20. NULIDADES	729
21. RECURSOS EM GERAL	730
22. HABEAS CORPUS E SEU PROCESSO	733
23. NORMAS PROCESSUAIS DA LEI Nº 7.210/1984 E SUAS ALTERAÇÕES (EXECUÇÃO PENAL)	733
24. RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA	742
25. LEI Nº 12.830/2013 (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)	743

DIREITO CIVIL

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS. CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO	747
1.1. VIGÊNCIA DA LEI	747
1.2. INTEGRAÇÃO DA LEI	748
1.2.1. ANALOGIA	748
1.2.2. COSTUMES	748
1.2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	748
1.2.4. EQUIDADE	749
1.3. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO TEMPO	749
1.4. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO ESPAÇO	749
2. PESSOA NATURAL	751
2.1. AUSÊNCIA	752
3. PESSOA JURÍDICA	753
3.1. ASSOCIAÇÕES	754
3.2. FUNDAÇÕES	755
4. PERSONALIDADE	758
4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	758

4.2.	SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	761
4.3.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	764
5.	DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA	765
5.1.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	765
5.2.	DOMICÍLIO DA PESSOA JURÍDICA	766
6.	BENS, DIFERENTES CLASSES DE BENS	766
6.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	766
6.2.	BENS IMÓVEIS	767
6.3.	DOS BENS MÓVEIS	767
6.4.	DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS	768
6.5.	DOS BENS DIVISÍVEIS	768
6.6.	DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS	768
6.7.	DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	768
6.8.	DAS PERTENÇAS	768
6.9.	BENFEITORIAS	769
6.10.	BENS PÚBLICOS	769
6.11.	QUADRO RESUMO	770
7.	FATO JURÍDICO. 7.1 ATOS JURÍDICOS LÍCITOS E ILÍCITOS	771
7.1.	ATO JURÍDICO	771
7.2.	FATO JURÍDICO	771
7.3.	ATOS ILÍCITOS	771
8.	NEGÓCIO JURÍDICO.	771
8.1.	VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	771
8.2.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	772
8.3.	INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	772
8.4.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	773
8.5.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	774
8.5.1.	DO ERRO	774
8.5.2.	DO DOLO	775
8.5.3.	DA COAÇÃO	775
8.5.4.	ESTADO DE PERIGO	776
8.5.5.	LESÃO	776
8.5.6.	FRAUDE CONTRA CREDITORES	777

8.5.7. DA SIMULAÇÃO	777
9. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.	777
9.1. PRESCRIÇÃO	777
9.2. DECADÊNCIA	779
10. POSSE	782
10.1. CONCEITO	782
10.2. DETENÇÃO	782
10.3. PODERES INERENTES À PROPRIEDADE	782
10.4. TEORIAS JUSTIFICADORAS DA POSSE	782
10.5. TIPOS DE POSSE	783
10.6. COMPOSSE	783
10.7. QUANTO AOS VÍCIOS OBJETIVOS DA POSSE	783
10.8. QUANTO AOS VÍCIOS SUBJETIVOS	784
10.9. QUANTO AO TÍTULO	784
10.10. QUANTO AO TEMPO	784
10.11. QUANTO AOS EFEITOS	784
10.12. AQUISIÇÃO DA POSSE	784
10.13. QUEM PODE ADQUIRIR A POSSE	785
10.14. ATOS DE MERA PERMISSÃO	785
10.15. EFEITOS DA POSSE	785
10.16. POSSUIDOR DE BOA FÉ	786
10.17. POSUIDOR DE MÁ FÉ	786
10.18. POSSE E PROCESSO CIVIL	786
10.19. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	786
10.20. LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO (ART. 1.210, §1º, DO CC)	787
11. PROPRIEDADE: AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE.	787
11.1. CONCEITO	787
11.2. ATRIBUTOS (ART. 1.228):	787
11.3. PROPRIEDADE LIMITADA	787
11.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE	788
11.5. FUNÇÃO SOCIAL E SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	788
11.6. PROIBIÇÕES	788
11.7. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO	788

11.8.	PRIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	789
11.9.	PERDA DA PROPRIEDADE	789
11.10.	USUCAPIÃO	789
11.11.	SÚMULAS, INFORMATIVOS E ENUNCIADOS	793
12.	DIREITO REAL SOBRE COISA ALHEIA	794
12.1.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA	794
12.2.	DIREITOS REAIS DE USO E FRUIÇÃO	795
13.	RESPONSABILIDADE CIVIL	795
13.1.	SÚMULAS E ENUNCIADOS	799
13.2.	JURISPRUDÊNCIA	799
13.3.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	801

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.	NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	805
2.	JURISDIÇÃO	805
2.1.	CONCEITO	805
2.2.	CARACTERÍSTICAS	806
2.3.	PRINCÍPIOS	806
2.4.	JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	806
2.5.	EQUIVALENTES JURISDICIONAIS	807
2.5.1.	PRINCÍPIOS	807
2.5.2.	JURISPRUDÊNCIA	807
3.	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES E SEUS PRINCIPAIS MECANISMOS	808
3.1.	<i>HABEAS CORPUS</i> NO PROCESSO CIVIL	808
3.2.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	808
3.2.1.	SÚMULAS SOBRE MANDADO DE SEGURANÇA	810
3.3.	<i>HABEAS DATA</i>	812
3.4.	AÇÃO POPULAR	813
3.5.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	814
4.	COMPETÊNCIA	815
4.1.	CONCEITO	815
4.2.	COMPETÊNCIA CONCORRENTE	816
4.3.	COMPETÊNCIA EXCLUSIVA	816

4.4.	AÇÃO PROPOSTA PERANTE TRIBUNAL ESTRANGEIRO	816
4.5.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	817
4.6.	AÇÃO FUNDADA SOBRE DIREITO PESSOAL OU REAL SOBRE BEM MÓVEL ..	817
4.7.	AÇÕES FUNDADAS EM DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	818
4.8.	OUTROS ASPECTOS	818
4.9.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	819
4.10.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO	820
4.11.	INCOMPETÊNCIA	820
4.12.	PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA	820
4.13.	HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	820
4.14.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	822
5.	TUTELA PROVISÓRIA	826
6.	TUTELA DE URGÊNCIA	827

DIREITO AMBIENTAL

1.	PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	831
1.1.	DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO	831
1.2.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	831
1.3.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	831
1.4.	PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO	832
1.5.	POLUIDOR-PAGADOR	832
1.6.	INFORMAÇÃO	832
1.7.	PARTICIPAÇÃO	833
1.8.	FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	833
1.9.	REPARAÇÃO <i>IN INTEGRUM</i>	833
1.10.	FAVOR DEBILIS	834
2.	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O MEIO AMBIENTE	834
2.1.	OS DEVERES DO PODER PÚBLICO	834
2.2.	OS DEVERES PARA TODA A COLETIVIDADE	836
2.3.	BENS AMBIENTAIS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS	836
2.4.	REGRAS ESPECIAIS	836
3.	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA FLORESTAL	837
3.1.	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ÁREAS DE RESERVA LEGAL	837
3.2.	CONCESSÃO FLORESTAL	841

4.	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	843
5.	PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL	845
5.1.	INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA O MEIO AMBIENTE	845
5.2.	CRIMES AMBIENTAIS	847
5.3.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	849
6.	SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (SISNAMA)	852
7.	INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE	854
8.	PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, BIOSSEGURANÇA E CON- TROLE DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	858
9.	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: CONCEITO DE DANO E REPARAÇÃO AMBIEN- TAL	861
9.1.	DANO AMBIENTAL	861
9.2.	REPARAÇÃO AMBIENTAL	863
10.	PROTEÇÃO DAS ÁGUAS	864

DIREITO HUMANOS

1.	DIREITOS HUMANOS × DIREITOS FUNDAMENTAIS	873
1.1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS × GARANTIAS FUNDAMENTAIS	873
1.2.	TITULARIDADE	874
1.3.	DUPLA DIMENSÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	874
1.4.	EFICÁCIA VERTICAL E HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	874
1.5.	FUNDAMENTAÇÃO	875
1.6.	A CONSTITUIÇÃO DE 1988.	875
1.7.	INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS SOBRE DIREITOS HUMANOS NO ORDE- NAMENTO JURÍDICO INTERNO	876
1.8.	A SUPRALEGALIDADE	878
1.9.	O “BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE”	878
1.10.	INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FE- DERAL	879
1.11.	GERAÇÕES OU DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	880
1.12.	GARANTIAS PROCESSUAIS DOS DIREITOS HUMANOS	882
2.	O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	890
2.1.	TRATADOS, ACORDOS, PACTOS, PROTOCOLOS E CONVENÇÕES	892
2.2.	AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS – PRINCIPAIS DESTA- QUES.	892

2.3. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	897
--	-----

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. ABUSO DE AUTORIDADE	901
2. CRIMES HEDIONDOS	902
3. PRECONCEITO DE RAÇA OU COR	904
4. LEI DE DROGAS	904
5. TORTURA	910
6. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	911
7. ESTATUTO DO DESARMAMENTO	912
8. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	915
9. CRIMES ELEITORAIS	917
10. EXECUÇÃO PENAL	918
11. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	918
12. LAVAGEM DE DINHEIRO	919
13. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE	920
14. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	922
15. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	923
16. ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO	924
17. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	925
18. ESTATUTO DO IDOSO	929
19. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	929
20. PRISÃO TEMPORÁRIA	930
21. ECONOMIA POPULAR	930
22. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR CONTRA A MULHER	931
23. CONTRAVENÇÕES PENAIS	935
24. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	936
25. PACOTE ANTICRIME	936

CRIMINOLOGIA

1. CONCEITO	939
2. OBJETO: DELITO, DELINQUENTE, VÍTIMA E CONTROLE SOCIAL. MÉTODO DA CRIMINOLOGIA	939

3.	CONTROLE SOCIAL	942
4.	ESCOLAS DA CRIMINOLOGIA. ESCOLA LIBERAL CLÁSSICA.	943
4.1.	ESCOLA CLÁSSICA	943
4.2.	ESCOLA POSITIVA	944
4.3.	ESCOLA DE POLÍTICA CRIMINAL / ESCOLA MODERNA ALEMÃ	945
4.4.	ESCOLA CRÍTICA	945
4.5.	ESCOLA TÉCNICO JURÍDICA	946
4.6.	ESCOLA CORRECCIONALISTA	946
5.	CRIMINOLOGIA POSITIVISTA. IDEOLOGIA DA DEFESA SOCIAL. TEORIAS PSICANALÍTICAS DA CRIMINALIDADE E DA SOCIEDADE PUNITIVA. TEORIA ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA DO DESVIO E DA ANOMIA. TEORIA DAS SUBCULTURAS CRIMINAIS. ESCOLA DE CHICAGO. TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL. LABELLING APPROACH. TEORIA CRÍTICA	946
5.1.	CRIMINOLOGIA POSITIVISTA	946
5.2.	IDEOLOGIA DA DEFESA SOCIAL	946
5.3.	TEORIAS PSICANALÍTICAS DA CRIMINALIDADE E DA SOCIEDADE PUNITIVA	947
5.4.	TEORIA ESTRUTURAL-FUNCIONALISTA DO DESVIO E DA ANOMIA	947
5.5.	TEORIA DAS SUBCULTURAS CRIMINAIS. ESCOLA DE CHICAGO. TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL. LABELLING APPROACH. TEORIA CRÍTICA ..	947
6.	TEMAS ESPECIAIS DE CRIMINOLOGIA. WHITE-COLLAR CRIME.	949
7.	SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL: POLÍCIA, MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO. SEGURANÇA PÚBLICA. MÍDIA E CRIMINALIDADE	950
7.1.	ÓRGÃOS DO SISTEMA CRIMINAL	950
7.2.	FRENTES PRINCIPAIS	950
7.3.	ESTRUTURA DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	950
7.4.	ESTRUTURA DA EXECUÇÃO PENAL	951
7.5.	MÍDIA E CRIMINALIDADE	951
8.	DISCURSOS PUNITIVOS. TOLERÂNCIA ZERO. DIREITO PENAL DO INIMIGO. POLÍTICA CRIMINAL ATUARIAL	952
8.1.	TOLERÂNCIA ZERO	952
8.2.	DIREITO PENAL DO INIMIGO	953
8.3.	POLÍTICA CRIMINAL ATUARIAL	954
9.	ABOLICIONISMO E DIREITO PENAL MÍNIMO	954

MEDICINA LEGAL

1. MEDICINA LEGAL: CONCEITOS — IMPORTÂNCIAS — DIVISÕES DA MEDICINA LEGAL	959
1.1. ALCANCE DA MEDICINA LEGAL	959
2. DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS	959
3. CORPO DE DELITO — PERÍCIA — PERITOS	960
4. TANATOLOGIA FORENSE: CONCEITO E DIAGNÓSTICO DA MORTE; FENÔMENOS CADAVERÍCOS; CRONOLOGIA DA MORTE; PRÉ-MORIÊNCIA E COMORIÊNCIA; INUMAÇÃO E EXUMAÇÃO. CAUSA JURÍDICA DA MORTE. EXAME DE LOCAIS DE CRIME	961
5. MEDICINA LEGAL: TRAUMATOLOGIA FORENSE.	966
6. SEXOLOGIA, GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO, ABORTO, INFANTICÍDIO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO. EXAMES NO FETO. SEXUALIDADE ANÔMALA E PARAFILIAS	988
7. TOXICOMANIAS E EMBRIAGUEZ	996
8. PSIQUIATRIA FORENSE	998
9. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA	1004
10. LESÕES CORPORAIS E MAUS-TRATOS A MENORES E IDOSOS	1005
11. ANTROPOLOGIA	1006

PARTE PRÁTICA